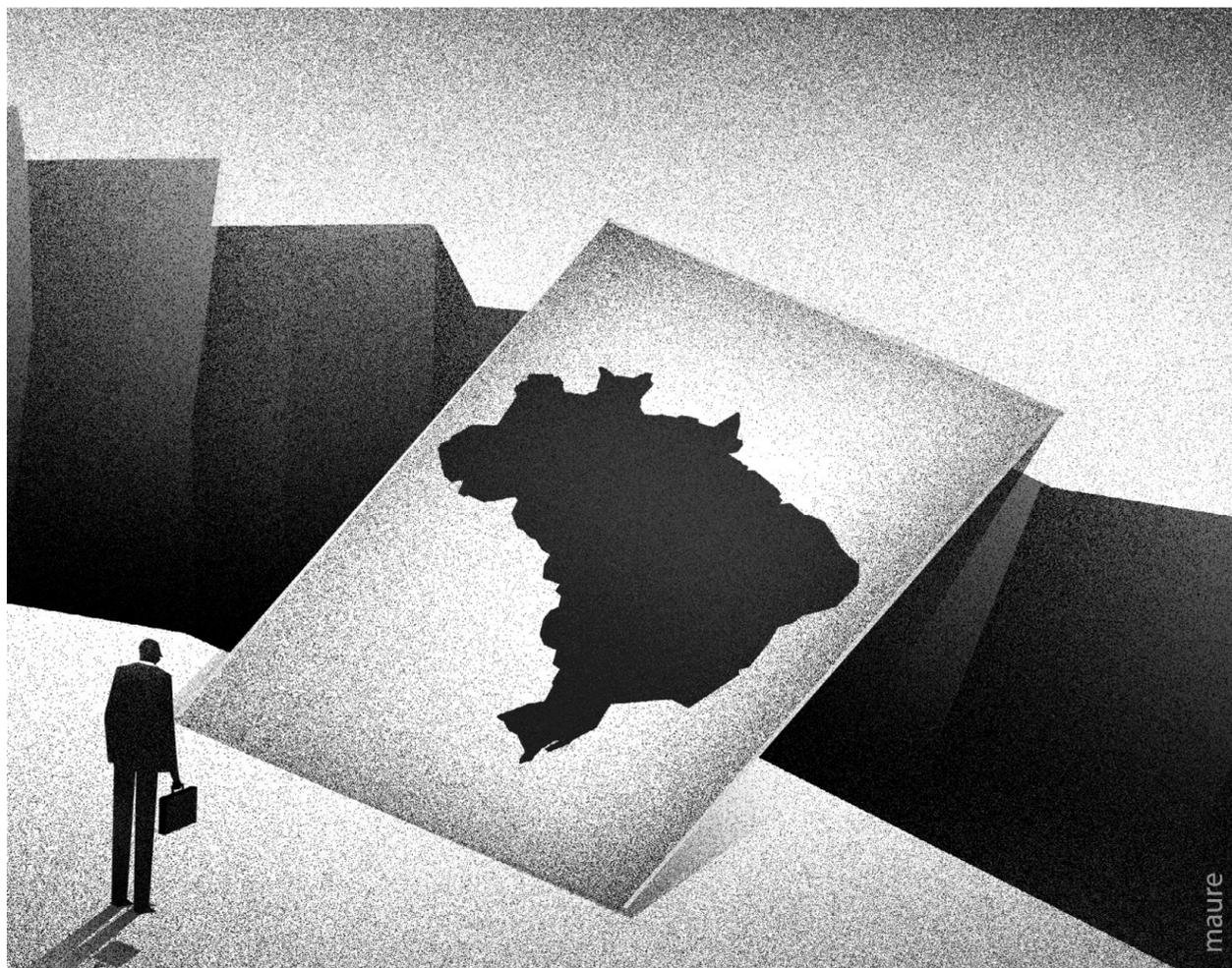


A imagem do Brasil

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista (andregustavo10@terra.com.br)



Desde os governos militares, os presidentes brasileiros demonstram preocupação com a imagem do Brasil no exterior. Os comunicados oficiais alertavam que os inimigos da pátria trabalhavam para prejudicar ou manchar a maneira como estrangeiros enxergavam o país. Naquela época, os diplomatas brasileiros no exterior mudavam de calçada para evitar encontrar brasileiros no exílio.

Os governos militares, de fato, não tinham grande prestígio nos países europeus por causa da restrição aos direitos civis, censura à imprensa e tortura de presos políticos. Nos Estados Unidos, a questão era outra: a enorme dívida externa. O ministro Delfim Netto, certa vez, disse que dívida não se paga. Ela deve ser rolada. Assim foi feito. O governo brasileiro enviou diversas cartas ao Fundo Monetário Internacional aceitando as exigências de bom comportamento fiscal.

Não cumpriu a maioria delas, até que teve de renegociar com os credores, depois de o país ter entrado em situação falimentar. O Banco do Brasil ficou sem recursos no exterior. O crédito interbancário secou. A negociação com os credores se tornou urgente. E ocorreu de maneira correta. Hoje o país não tem mais a dívida externa, em compensação possui enorme dívida interna, o que coloca os bancos nacionais em berço esplêndido. Eles têm um único grande cliente que paga as maiores taxas de juro do mundo. É doce ser banqueiro no Brasil.

O governo brasileiro não dispõe dos recursos necessários para financiar o desenvolvimento nacional. É preciso construir estradas, hospitais, escolas,

universidades, financiar pesquisas. Por essa razão, os ministros se lançam em viagens pelos principais centros financeiros do mundo em busca de investidores, que costumam exigir ambiente de paz, confiança, respeito aos contratos e aos pagamentos acertados. A imagem do Brasil no exterior é requisito essencial para atingir esses objetivos. Quando foi eleito, no colégio eleitoral, Tancredo Neves enviou seu fiel assessor Francisco Dornelles aos centros financeiros internacionais para garantir que o Brasil pagaria os juros da dívida externa.

Em seguida, Tancredo fez uma longa viagem à Europa e aos Estados Unidos. Falou de redemocratização, respeito aos direitos civis e garantia das liberdades, além da convocação da assembleia constituinte. Fernando Collor, após ser eleito, também fez um longo giro pelo mundo, passando por países europeus, depois Japão, Rússia e Estados Unidos. Fernando Henrique é um scholar, deu aulas no exterior, um homem do mundo. Não hesitou em viajar diversas vezes ao estrangeiro para exibir sua erudição. Ganhou a amizade do ex-presidente Bill Clinton. Passou temporadas em Camp David, casa de campo do primeiro mandatário norte-americano.

Quando presidente, Lula viajou muito ao exterior. Ele coordenou ações na Europa, com os partidos socialistas democráticos, além de aglutinar a esquerda latino-americana com seu apoio a Cuba, à Nicarágua e à Venezuela. Lula, hoje, não anda pelas ruas do Brasil. Ele é questionado por atos de corrupção em seu governo, que culminaram com sua prisão em Curitiba e de diversos auxiliares, inclusive, do

então todo poderoso Antônio Palocci, que se transformou em delator. Por intermédio de uma série de manobras jurídicas, o ex-presidente foi libertado, mas nunca absolvido das acusações.

No exterior, ele caminha com desembaraço. Proferiu discurso impactante, em nível de estadista, diante do parlamento europeu. Aplaudido de pé. Falou na universidade em Paris, foi recebido com honras de chefe de Estado por Emmanuel Macron, na França. Conversou com Olaf Scholz, possível sucessor de Angela Merkel, na Alemanha, e com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sanchez. Lula faz no exterior o que não faz no Brasil. Bolsonaro, por sua vez, respondeu com um périplo pelos países árabes em busca dos petrodólares. No exterior, o chefe do governo trata de assuntos internos. Fala do conteúdo das provas do Enem e comunica o adiamento de seu possível casamento com o PL, presidido por Valdemar Costa Neto, condenado a sete anos de prisão por corrupção.

No exterior, os presidentes brasileiros discutem assuntos internos com mais facilidade. A repercussão interna é garantida. Aos estrangeiros, como no caso dos árabes, agora resta assistir sem entender o que faz o presidente naquelas plagas com enorme comitiva. Lula quer chegar ao Brasil envolto pela boa vontade dos principais líderes europeus. Bolsonaro pode dizer que foi buscar investimentos nos povos do deserto. Mas nem um nem outro, neste momento, têm condições de andar pelas ruas do país sem um poderoso séquito de seguranças.

Brasília: do sonho ao pesadelo. Tudo vai depender do que fizermos agora

» NATANRY OSORIO

Ex-administradora do Lago Sul, indicada pela comunidade; diretora do Conselho Comunitário do Lago Sul (CCLS) e uma das fundadoras da União dos Conselhos Comunitários do DF (UCCDF)

Vi Brasília nascer, quando aqui fui contratada, em 1959, por Israel Pinheiro, presidente da Novacap à época, como professora. Morava na Cidade Livre com meu marido Antonio Carlos Osorio, gaúcho, formado em direito e filosofia que, após cinco anos em Paris, aprofundando-se na Sorbonne, veio para a futura nova capital do país, em 1956, para investir parte do patrimônio da família em fazendas na região, que ouvia do pai que aqui se daria o desenvolvimento do Brasil.

E não é que meu sogro estava certo? Antonio Carlos acabou se tornando um advogado militante, e eu, com a chama de pioneira, uma professora comprometida; ambos, por força da aventura fascinante que foi e é a construção de Brasília, cidade sonhada por Dom Bosco e que, hoje, 61 anos depois, representa uma das maiores metrópoles do Brasil.

Como educadora, completamente seduzida pelo cerrado, berço das águas, com o qual tenho relacionamento emocional e afetivo, participo, até os dias de hoje, ativamente, do crescimento da cidade, no auge dos meus 83 anos.

Aliás, como deixar de me apaixonar por Brasília se, ainda na escola, aprendi que, desde a Proclamação da República, vinha desenhado no mapa do Brasil um retângulo vermelho com os dizeres: “Futura sede da capital federal”?

Devota de Dom Bosco, que muito inspirou a minha forma de enxergar o mundo, eu, desde muito pequena, me preocupo com crianças em situação de rua. Nesse sentido, em 1963, ajudei a fundar a Obra Social Pioneira no DF — Ação Social do Planalto, cujo objetivo é acolher crianças e adolescentes que saíam às 4h da manhã das cidades-satélites para, no Plano Piloto, venderem o jornal **Correio Braziliense** e engraxar sapatos. A rua é sedutora, e as crianças acabavam não voltando para casa. Sigo neste trabalho até hoje, por acreditar que ele faz sentido para a construção do mundo, com o desejo de que meus netos e bisnetos nele habitem e vivam dias melhores.

Para mim, a profecia de Dom Bosco, na verdade, é uma metáfora, pois estamos a 1.200m do nível do mar e não temos grandes rios, mas daqui nascem grandes bacias hidrográficas, em locais como Águas Emendadas, por exemplo. Não há dúvidas de que o Distrito Federal é o berço das águas, ainda que a crise hídrica assole o planeta, num estágio quase irreversível. Os estudiosos do meio ambiente alertam para os riscos do crescimento acelerado da área urbana do “quadradinho”, impactando, portanto, significativamente, em nossos mananciais, tendo sido, inclusive, o bioma mais devastado do Brasil nos últimos 35 anos.

Brasília é hoje a terceira cidade mais urbanizada no país, com invasões em ritmo acelerado e cada vez mais crescente. Este crescimento nos preocupa e deve preocupar a todos, haja vista a complexidade de controlar uma expansão desordenada. Infelizmente, a pressão só cresce, a cada dia, em contraposição à capacidade limitada dos governos, de exercer seu importante dever de fiscalização.

Nossa cidade precisa ser vista e tratada como algo sagrado. Não seria a hora, então, de governantes e governados — o que inclui investidores e a geração mais jovem — refletir sobre o que disse Oscar Niemeyer, em 2008, ao jornal inglês *The Guardian*: “Brasília precisa dar um basta ao inchaço que vem sofrendo”. E, como disse o mestre Lúcio Costa: “O Brasil é grande, deixem Brasília crescer tal como foi concebida, esparramada, bela, serena e única!”

O tempo urge. Não é possível ficar de braços cruzados, assistindo ao pior cenário possível, que é abrir as portas, com a aprovação da Luos, transformando bairros residenciais em bairros mistos; e do novo Pdot para a instalação do caos nestas terras que todos nós, em especial os pioneiros, temos ajudado a construir. Afinal, o sonho de Dom Bosco não pode se transformar, de uma hora para outra, em pesadelo. Nós não merecemos. Nossos filhos e netos não merecem. E, enquanto vida eu tiver, lutarei por isso.

Equidade na educação: por que e para quem?

» ESMERALDA CORREA MACANA
Especialista em Monitoramento e Avaliação do Itaú Social

Amartya Sen, prêmio Nobel de economia em 1998, argumenta que o desenvolvimento humano é alcançado quando as pessoas têm a liberdade e autonomia de escolher “ser e fazer” aquilo que valorizam e desejam. No entanto, para muitos, esse potencial de desenvolvimento não se concretiza. No contexto brasileiro, circunstâncias de privações como a falta de educação de qualidade e persistentes desigualdades que poderiam ser evitáveis frustram as possibilidades de crianças, jovens e adolescentes de alcançar seu potencial de desenvolvimento, em especial entre a população negra.

A habilidade de exercitar a liberdade de escolha que menciona Sen está determinada, entre múltiplos fatores, pelo direito à educação de qualidade. A educação é fundamental como fim e meio do desenvolvimento humano de um país. É um fim em si mesmo, porque estrutura as possibilidades de escolher, de forma consciente, o tipo de vida a seguir entre distintos caminhos, sem as limitações impostas pela falta de formação. Também é um meio de avanço, não só pelo papel no aumento da produtividade e crescimento econômico, mas para a promoção de mudanças sociais que as mesmas pessoas podem empreender, para o bem-estar e dignidade própria e do próximo.

Mesmo o Brasil tendo avanços significativos no acesso e outros indicadores da educação na última década, não conseguiu reduzir as desigualdades educacionais que se configuram mais profundamente em termos de cor ou raça. Com base nos resultados do SAEB (Sistema de Avaliação de Educação Básica), é possível analisar que, em 2019, o percentual de estudantes brancos do 9º ano com aprendizagem adequada em língua portuguesa foi de 46%, enquanto, entre os negros, esta proporção foi de 33%. Ambos grupos aumentaram desde 2007, mas a diferença entre eles não se reduziu. Ao contrário, houve uma tendência de ampliação. A diferença entre os dois grupos, que então era de oito pontos percentuais, em 2019 passou para 13. Este panorama de desigualdades não muda no caso da matemática.

Uma série de pesquisas sobre educação na pandemia do Itaú Social, da Fundação Lemann e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) apontou que em maio de 2020, 74% dos estudantes tiveram acesso a atividades remotas durante o fechamento das escolas. No entanto, esse acesso foi diferente entre estudantes brancos e negros e de distintos grupos de renda. Entre os estudantes brancos com até dois salários mínimos, o índice foi de 78%, enquanto para negros na mesma faixa de renda foi de 68%. Essas diferenças de acesso refletem as desigualdades estruturais que já eram presentes na educação brasileira, se aprofundaram durante a pandemia e continuam a prejudicar mais os estudantes negros e com menores condições socioeconômicas.

Nesse contexto, também são preocupantes as trajetórias escolares que se seguirão nos próximos anos. A mesma pesquisa mostra que o maior risco de abandono escolar é entre meninos negros, sendo em maio de 2020 de 36% e aumentando para 47% em setembro deste ano. Nesse sentido, um estudo elaborado pelos pesquisadores Chico Soares, Maria Teresa Alves e José Fonseca reforça a importância de se olhar para as trajetórias escolares dos estudantes. No Brasil, alunos negros, sendo 39,8% pardos e 35% pretos, contam com uma trajetória marcada por abandono e evasão. Já entre os brancos, este índice é de 19%.

Para buscar uma mudança é preciso trazer a consciência das limitações e caminhos que, enquanto sociedade, estamos forçando muitas crianças negras a trilhar, sem possibilidades de desfrutar de direitos básicos como a educação. Monitorar essas realidades com indicadores é um meio para identificar essas complexidades e apoiar a tomada de decisões. Não só a partir dos resultados de aprendizagem, mas também que considerem os processos que estão definindo as oportunidades das crianças, como o que ocorre nas trajetórias escolares de evasão e exclusão dentro do sistema educacional. O Brasil precisa fortalecer o planejamento e a gestão educacional para atuar intencionalmente no desenho e implementação de ações concretas que promovam a equidade. Nesse esforço, são importantes a articulação, a mobilização e a a colaboração de entes públicos e privados e sociedade civil para remover os obstáculos estruturais que as pessoas negras enfrentam e possibilitar a elas o desenvolvimento humano fundamentado por Amartya Sen.